

**PROJETO BÁSICO  
INTEGRADO COM REQUISITOS DO ETP E DO ANTEPROJETO**

**1. ÓRGÃOS INTERESSADOS**

- 1.1. Secretaria Municipal de Viação e Obras – SEMOB.
  - a) Responsável pela solicitação da contratação e pela despesa pública.
- 1.2. Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo.
  - a) Responsável pela confecção/aprovação do Projeto Básico e pelo gerenciamento da execução da obra.

**2. RESUMO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO**

- 2.1. PAVIMENTAÇÃO SOBRE PEDRAS IRREGULARES DE VIAS URBANAS EM CBUQ, 19.577,11M2, INCLUINDO SERVIÇOS PRELIMINARES, TERRAPLENAGEM, DRENAGEM, BASE E SUB-BASE, REVESTIMENTO, MEIO-FIO COM SARJETA, SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO, SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO, ENSAIOS TECNOLÓGICOS E PLACA DE COMUNICAÇÃO VISUAL, EM ATENDIMENTO AO SAM 53/PRIORIDADE 65 DO PARANACIDADE.

**3. IDENTIFICAÇÃO E ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO**

- 3.1. A identificação do quantitativo e da descrição pormenorizada dos serviços a serem executados e dos materiais a serem empregados na obra estão previstas na planilha orçamentária anexa.

**4. LEVANTAMENTOS PRELIMINARES**

- 4.1. **Local da execução do objeto da contratação:** A obra deverá ser executada em vias urbanas, especificamente nos trechos a seguir indicados, conforme indicado nos projetos da obra em anexo:
  - a) Rua Martin Nottar (entre Rua Independência e Rua Tupinambás);
  - b) Av. Ubirajaras (entre Rua Paraíba e Rua Rio Grande do Norte);
  - c) Av. Ubirajaras (entre Rua Alagoas e Rua Rio de Janeiro);
  - d) Av. Parigot de Souza (entre Av Botucaris e Rua Geraldo Fullber);
  - e) Rua Caramurus (entre Rua Território Fernando de Noronha e Av Rio Grande do Sul).
- 4.2. Tratam-se de imóveis públicos, de propriedade do Município de Capanema.
- 4.3. As imagens da situação do imóvel, com a ilustração dos serviços necessários, vão anexas.
- 4.4. Foram realizados os seguintes serviços preliminares que embasaram a confecção dos documentos que compõem o presente Projeto Básico:
  - a) levantamento topográfico (documento anexo);
  - b) ensaios e análises laboratoriais (documentos anexos);
  - c) parecer urbanístico (documentos anexos);
  - d) questionário ambiental (documentos anexos);

- e) demais dados e levantamentos necessários, conforme solicitado pelo PARANACIDADES, os quais vão anexos ao presente projeto básico.

## 5. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO E SOLUÇÕES TÉCNICAS

- 5.1. As condições de execução do objeto da contratação e as soluções técnicas estão previstas no memorial descritivo anexo.

## 6. O PARA A EXECUÇÃO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

- 6.1. A obra e os serviços deverão ser concluídos no prazo de 240 (duzentos e quarenta) dias, após a emissão da ordem de serviço, de acordo com o cronograma físico-financeiro anexo.

## 7. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

- 7.1. O Contrato terá vigência de 14 (quatorze) meses, para fins cadastrais.
- 7.2. O objeto deste Projeto Básico é contratado por escopo, o que impõe ao contratado o dever de concluir a obra no prazo de execução predeterminado, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto.
- 7.3. O prazo de vigência do contrato será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato.
- 7.4. Quando a não conclusão da obra no prazo de execução predeterminado decorrer de culpa do contratado:
- a) o contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;
  - b) a Administração poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

## 8. DEFINIÇÕES APLICÁVEIS AO OBJETO DA CONTRATAÇÃO:

- 8.1. Para a execução do objeto, será adotado o seguinte regime, de acordo com a **justificativa** abaixo:

- ( ) empreitada por preço unitário
- (X) empreitada por preço global
- ( ) empreitada integral
- ( ) contratação por tarefa
- ( ) contratação integrada
- ( ) contratação semi-integrada
- ( ) fornecimento e prestação de serviço associado

Justificativa: conforme determinado pelo edital padrão de licitação fornecido pelo ParanáCidades.

- 8.2. Indica-se que o objeto da presente contratação configura:

- (X) serviço comum de engenharia
- ( ) serviço especial de engenharia

Justificativa: o objeto envolve técnicas e procedimentos padronizados, amplamente conhecidos e consolidados no setor da construção civil, cuja execução não exige soluções singulares ou projetos de alta complexidade tecnológica.

## 9. CONDIÇÕES DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

- 9.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto da contratação ocorrerá de acordo com o disposto no Decreto Municipal nº 7.484/2024 e de acordo com o disposto na minuta padrão do contrato administrativo.
- 9.2. A Contratação será gerida e fiscalizada pelo(s) seguinte(s) agente(s) público(s):

FUNÇÃO	SERVIDOR	CARGO	PROVIMENTO	LOTAÇÃO
Fiscal Administrativo	Rubens Luís Rolando Souza	Engenheiro Civil	Efetivo	SEINFRA
Fiscal Técnico	Amanda Pereira de Andrade	Engenheira Civil II	Efetivo	SEINFRA
Gestor da Contratação	Jair Canci	Secretário Municipal de Infraestrutura e Urbanismo	CCE	SEINFRA

## 10. DO PAGAMENTO

- 10.1. Os pagamentos **serão efetuados em parcelas** correspondentes às **medições mensais** a serem feitas de acordo com o estabelecido no **Cronograma físico-financeiro**, considerando os preços unitários constantes da Planilha de Quantidades, todos aprovados pelo órgão competente.
- 10.2. Os pagamentos serão realizados de acordo com o disposto no Decreto Municipal nº 7.484/2024 e conforme o disposto na minuta padrão do contrato administrativo.
- 10.3. Fonte dos recursos financeiros:
- a) **R\$ 2.991.536,11 (dois milhões e novecentos e noventa e um mil e quinhentos e trinta e seis reais e onze centavos)** provenientes do Convênio n. 1561/2025 - SECID, conforme documentação anexa.
- a) O valor de R\$ 2.841.959,30 (dois milhões e oitocentos e quarenta e um mil e novecentos e cinquenta e nove reais e trinta centavos) é proveniente de fonte de Recursos do Tesouro do Estado.
- b) Pelo Município, o valor de R\$ 149.576,81 (cento e quarenta e nove mil e quinhentos e setenta e seis reais e oitenta e um centavos) será dado como contrapartida.

## 11. DAS MEDIÇÕES PERIÓDICAS E DOS RECEBIMENTOS PROVISÓRIO E DEFINITIVO

- 11.1. As medições periódicas e os recebimentos provisório e definitivo do objeto da contratação serão realizados de acordo com o disposto no Decreto Municipal nº 7.484/2024 e de acordo com o disposto na minuta padrão do contrato administrativo.

## 12. ORÇAMENTO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO, ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E JUSTIFICATIVA PARA A ESTIMATIVA DOS PREÇOS

- 12.1. A estimativa do valor total da contratação está prevista na planilha orçamentária que vai anexa.
- 12.2. Os valores despendidos com a presente contratação estão de acordo com o planejamento orçamentário.

- 12.3. A dotação orçamentária específica será indicada pelo Departamento Contábil e Financeiro.
- 12.4. O valor total da presente contratação será de **R\$ 2.991.536,11(dois milhões e novecentos e noventa e um mil e quinhentos e trinta e seis reais e onze centavos).**

### **13. DOS REQUISITOS DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (art. 34, da LCM 14/22) E DO ANTEPROJETO (art. 60, inc. III, da LCM 14/22)**

- 13.1. DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 34, inciso I):** As ruas e avenidas contempladas apresentam atualmente pavimentação em pedras irregulares, com desgaste acentuado, desníveis e falta de sistema de drenagem eficiente, o que tem ocasionado acúmulo de águas pluviais, danos aos veículos e risco de acidentes. A intervenção visa, portanto, adequar a malha viária urbana aos padrões técnicos e de mobilidade exigidos, assegurando o escoamento do tráfego de forma segura e fluida, especialmente em vias de ligação entre bairros e de relevante circulação.
- 13.2. DO ALINHAMENTO DA CONTRATAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO (art. 34, inciso II):** A obra integra o planejamento estratégico da Administração Municipal, estando prevista no Plano Plurianual (PPA 2022–2025), na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei Orçamentária Anual (LOA), coadunando-se com os instrumentos de planejamento e gestão fiscal e observando a compatibilidade com o planejamento orçamentário e a política pública de infraestrutura urbana do Município.
- 13.3. DA ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS POSSÍVEIS E JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR (art. 34, inciso V):** A escolha pelo CBUQ (Concreto Betuminoso Usinado a Quente) fundamenta-se em critérios técnicos e econômicos. Do ponto de vista técnico, o CBUQ oferece excelente desempenho estrutural, uniformidade da superfície e elevada resistência a esforços de cisalhamento e deformação plástica, características ideais para vias com tráfego urbano intenso. Sua aplicação permite um acabamento regular, assegurando melhor conforto e segurança aos condutores e pedestres. Sob o aspecto econômico, o CBUQ apresenta o melhor custo-benefício no longo prazo, considerando sua durabilidade e a menor necessidade de manutenção corretiva. Ademais, o município já dispõe de estrutura técnica e equipamentos adequados para fiscalização e acompanhamento desse tipo de obra, o que otimiza o controle de qualidade e reduz custos operacionais.
- 13.4. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 34, inciso VII) com indicação das condições de solidez, de segurança e de durabilidade da solução (art. 60, III, “b”):** A solução proposta consiste na execução de pavimentação asfáltica em CBUQ sobre base devidamente dimensionada e compactada, incluindo serviços preliminares, terraplenagem, drenagem pluvial, base e sub-base, implantação de meio-fio com sarjeta, urbanização, sinalização viária horizontal e vertical, ensaios tecnológicos e instalação de placa de comunicação visual. O projeto foi elaborado conforme as normas e parâmetros técnicos aplicáveis, garantindo condições de solidez estrutural, segurança e durabilidade. A espessura das camadas foi dimensionada de acordo com o tráfego estimado e o tipo de solo local, assegurando vida útil prolongada e resistência às intempéries. A drenagem foi projetada para eliminar o acúmulo de águas pluviais e evitar infiltrações que possam comprometer a base e o revestimento, conferindo estabilidade e longevidade à pavimentação.

- 13.5. DO DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS** (art. 34, inciso IX): Com a execução da obra, espera-se alcançar uma melhoria significativa das condições de mobilidade urbana e segurança no trânsito, com redução de custos de manutenção da malha viária e redução do risco de acidentes, valorização imobiliária das áreas beneficiadas e estímulo à economia local, diminuição do nível de ruído e vibração causado pelo tráfego sobre pedras irregulares e fortalecimento da infraestrutura urbana, com impacto positivo na qualidade de vida e na segurança da população.
- 13.6. DAS PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO** (art. 34, inciso X): Deverá a Administração observar a utilização obrigatória do modelo de edital de licitação e do contrato disponibilizado pelo PARANACIDADES, sob pena de nulidade do certame licitatório.
- 13.7. DAS CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES** (art. 34, inciso XI): Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para a viabilidade e contratação desta obra.
- 13.8. DA DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS, MEDIDAS MITIGADORAS E LOGÍSTICA REVERSA** (art. 34, inciso XII): Os impactos ambientais potenciais restringem-se à movimentação de solo, geração de resíduos da construção civil e ruídos. As medidas mitigadoras incluem: manejo adequado do solo, destinação correta dos resíduos e controle de ruído e horários de execução compatíveis com a legislação municipal.
- 13.9. DO POSICIONAMENTO CONCLUSIVO** (art. 34, inciso XIII): Diante do exposto, conclui-se que a contratação é plenamente justificada sob os aspectos técnico, econômico e social. A pavimentação das vias urbanas especificadas proporcionará melhoria substancial da infraestrutura municipal, favorecendo a mobilidade, a segurança e o desenvolvimento urbano sustentável. O projeto está tecnicamente adequado, ambientalmente responsável e economicamente vantajoso, estando de acordo com as normas vigentes e as diretrizes estabelecidas pela Lei nº 14.133/2021.

#### **14. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DO LICITANTE**

- 14.1. Registro ou inscrição**, no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, **da empresa licitante e de seu(s) responsável(is) técnico(s)**, da região a que estiverem vinculados.
- 14.1.1.** No caso de a empresa licitante ou o responsável técnico não serem registrados ou inscritos no CREA ou no CAU do Estado do Paraná, deverão ser providenciados os respectivos vistos deste órgão regional por ocasião da assinatura do contrato.
- 14.2. Capacitação técnico-operacional**, mediante apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoa física ou jurídica de direito público ou privado, **em nome do licitante**, relativos à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação, a saber:

DESCRIÇÃO OBJETO	QUANTIDADE MÍNIMA
Pavimentação em Concreto Betuminoso Usinado à Quente (CBUQ)	1.006,61 toneladas



**14.2.1.** O(s) atestado(s) deverá(ão) estar devidamente registrado no CREA ou no CAU da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, dando-se tal comprovação mediante a apresentação da correspondente CAT com registro de atestado de atividade concluída, ou documento equivalente, que indique a licitante como empresa contratada.

**14.2.2. Possibilidade de somatório de atestados:**

Na presente licitação, será ( X ) ACEITO ou (    ) VEDADO o somatório de atestados de capacidade técnico-operacional para atingimento dos quantitativos mínimos demandados, conforme determinado pelo PARANACIDADES no edital disponibilizado e autorizado pela Lei Federal n. 14.133/2021.

**14.3. Capacitação técnico-profissional**, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico - CAT, expedida pelo CREA ou CAU da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da obra, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação, conforme o disposto no subitem 14.2 do Projeto Básico.

**14.3.1. Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente do licitante**, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste Edital, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame;

**14.3.2.** Caso o licitante seja cooperativa, os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica de que trata devem ser cooperados, demonstrando-se tal condição através da apresentação das respectivas atas de inscrição, da comprovação da integralização das respectivas quotas-partes e de três registros de presença desses cooperados em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais, bem como da comprovação de que estão domiciliados em localidade abrangida na definição do artigo 4º, inciso XI, da Lei nº 5.764, de 1971;

**14.3.3.** No decorrer da execução da obra, os profissionais do Contratado poderão ser substituídos, nos termos do art. 67, §6, da Lei nº 14133/2021, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração. **Observa-se que o licitante que sagrar-se vencedor deve manter em sua equipe técnica, durante toda a execução da obra, o responsável técnico.**

**14.4. Declaração**, conforme modelo a ser disponibilizado como anexo ao Edital, de que o licitante, por intermédio de seu responsável técnico devidamente qualificado para esse fim, vistoriou os locais onde será realizada a obra, e de que é detentor de todas as informações relativas à sua execução.

- 14.1.1. A vistoria ocorrerá conforme agendamento, podendo ser até 3 dias úteis anterior a data da sessão.**
- 14.1.2. Caso a empresa não queira fazer a visita técnica terá que preencher a Declaração Formal de Dispensa de Visita Técnica.**
- 14.1.3. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá possuir formação na área de engenharia, devido à complexidade do objeto desta licitação, bem como estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.**
- 14.5. Declaração** na qual a Licitante manifeste sua total compreensão e conhecimento dos termos contidos na Especificação Técnica, conforme modelo anexo ao Edital.
- 14.6. Indicação** do Responsável Técnico ou da Equipe de Profissionais Responsáveis Técnicos que participarão da construção da obra, conforme modelo de Declaração de Responsabilidade Técnica anexo ao edital. O responsável técnico deverá opor assinatura de aceite na exigência constante acima.
- 14.7. Declaração** formal de que disporá, por ocasião da contratação, das instalações, do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como contendo o cronograma de utilização de veículos, máquinas e equipamentos (modelos a ser disponibilizado junto ao edital).

## **15. DA DOCUMENTAÇÃO A SER EXIGIDA DA(S) MICROEMPRESA(S) E/OU EMPRESA(S) DE PEQUENO PORTE QUE SERÁ(ÃO) SUBCONTRATADA(S) PELO LICITANTE**

### **15.1. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA**

- a) No caso de empresário individual: **inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis**, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) No caso de sociedade empresária: **ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor**, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede;
- c) Certidão Simplificada original da Junta Comercial ou documento equivalente que ateste a condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou de microempreendedor individual;
- d) Declaração escrita conforme anexo do edital, sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais de qualificação da condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, estando apto a usufruir dos benefícios legais;
- e) Demonstração do Resultado do Exercício – DRE, a que se refere a NBC TG 1002, de 2021, do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, ou outra norma que vier a substituir.

### **15.2. DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA**

- a) Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), emitido pela Receita Federal do Brasil;
- b) Certidão negativa ou certidão positiva com efeitos de negativa de débitos relativos aos tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- c) Certidão negativa ou certidão positiva com efeitos de negativa de débitos relativos aos Tributos Estaduais da sede da pessoa jurídica;
- d) Certidão negativa ou certidão positiva com efeitos de negativa de débitos relativos aos Tributos do Município de Capanema;
- e) Certificado de Regularidade do FGTS - CRF;
- f) Certidão negativa ou certidão positiva com efeitos de negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- g) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais, relacionados ao objeto da subcontratação, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva, na forma da lei.

### 15.3. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 15.3.1. Capacitação técnico-operacional**, mediante apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoa física ou jurídica de direito público ou privado, **em nome da ME ou EPP que será subcontratada**, relativos à execução dos serviços que serão subcontratados a ela, a saber:

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE MÍNIMA
CALÇADA EM CONCRETO (ESPESSURA 5 CM)	2.477,02 M <sup>2</sup>
FORNECIMENTO DE PISO TÁTIL DE CONCRETO ALERTA/DIRECIONAL 40X40CM	235,52 M <sup>2</sup>
PLANTIO DE GRAMA EM PLACAS	1.953,25 M <sup>2</sup>
Obs.: os valores relativos a tais bens e serviços encontram-se junto ao anexo <b>“Planilha orçamentária global”</b> .	

## 16. DA MATRIZ DE RISCOS

- 16.1. Listagem de possíveis eventos supervenientes à assinatura do contrato que possam causar impacto em seu equilíbrio econômico-financeiro e previsão de eventual necessidade de prorrogação de termo aditivo por ocasião de sua ocorrência:** Encontram-se expostas na matriz de riscos apresentada em anexo.
- 16.2. Frações do objeto com relação às quais haverá liberdade para o contratado inovar em soluções metodológicas ou tecnológicas, em termos de modificação das soluções previamente delineadas no anteprojeto ou no projeto básico:** definição de equipamentos e técnicas de execução que possam otimizar custos e prazos, desde que expressamente solicitadas e anuídas pelo poder contratante e compatíveis com as diretrizes deste anteprojeto.



- 16.3. Frações do objeto com relação às quais não haverá liberdade para o contratado inovar em soluções metodológicas ou tecnológicas, devendo haver obrigação de aderência entre a execução e a solução predefinida no anteprojeto ou no projeto básico, consideradas as características do regime de execução adotado:** Deverão ser estritamente seguidas as dimensões e materiais previstos em todas as etapas da obra. A liberdade do contratado restringe-se à organização interna dos meios de execução (mão de obra, cronograma e logística), mantendo-se obrigatória a aderência integral às soluções predefinidas neste projeto básico e seus anexos.
- 16.4. Segue anexo o arquivo completo da matriz de riscos, incluindo:**
- a) Identificação do tipo de risco;
  - b) Descrição do risco;
  - c) Materialização do risco;
  - d) Mitigação do risco;
  - e) Alocação de responsabilidade pelo risco.

## **17. JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS RELEVANTES**

- 17.1.** O objeto da presente licitação constitui (X) OBRA / ( ) SERVIÇO DE ENGENHARIA, devido a transformação e aprimoramento do ambiente urbano, promovendo melhorias na mobilidade, segurança viária e valorização imobiliária. Essa intervenção, ao alterar substancialmente as características originais do local, contribui para o desenvolvimento econômico local, estimulando investimentos e fortalecendo a infraestrutura, facilitando o deslocamento e promovendo a eficiência logística, otimizando o tempo de viagem e reduzindo o desgaste de veículos.
- 17.2** Em relação as subestimativas e superestimativas técnicas relevantes dos serviços relativos à presente contratação, segundo as diretrizes do Acórdão n. 1.977/2013- Plenário TCU, somente serão considerados como erros substanciais ou relevantes e objetos de revisão os erros unitários de quantitativo acima de 10% (dez por cento).
- 17.3** No presente feito, os documentos técnicos foram elaborados por profissional habilitado de engenharia, com a emissão da ART de Obra ou Serviço nº 1720256176250, relativos à elaboração dos projetos e orçamento da obra.
- 17.4** Nos levantamentos preliminares do presente feito **houve análise do local da obra pelo projetista, bem como foi feita a análise do solo e o diagnóstico da existência e das características dos equipamentos de saneamento básico do local**, conforme relatório fotográfico, laudos de sondagem e questionário ambiental anexos ao projeto no Portal dos Municípios/PARANACIDADE.
- 17.5** Em relação aos custos unitários de referência, foi utilizada a planilha orçamentária **DETERMINADA** pelo PARANACIDADE, a qual utiliza como tabelas de referência a **DER/PR de MARÇO/2025 e SINAPI de ABRIL/2025** sem desoneração, também determinado pelo PARANACIDADE, observada a ordem prioritária dos parâmetros do art. 23, § 2º, da Lei n. 14.133, de 2021.
- 17.6** No orçamento da presente obra ou serviço foram juntadas a planilha sintética e as planilhas analíticas, bem como o documento de responsabilidade técnica relativo às planilhas orçamentárias. Outrossim, foram utilizadas as tabelas de referência mais atualizadas em relação à data de elaboração do projeto,.

- 17.7 Na definição dos custos unitários de referência, foram adotados custos unitários menores ou iguais aos custos unitários de referência do SINAPI e DER/PR, para todos os itens relacionados à construção civil.
- 17.8 No orçamento de referência da presente licitação, os custos diretos compreendem apenas os componentes de preço que podem ser devidamente identificados, quantificados e mensurados na planilha orçamentária. Especificamente em relação ao custo direto de administração local, foram observados os parâmetros do Acórdão n. 2.622/2013 - Plenário do TCU e adotado o parâmetro do **1º quartil**, por acarretar em custo total da obra mais vantajoso para a administração pública.
- 17.9 O cronograma físico-financeiro prevê pagamentos proporcionais para os custos diretos, em especial quanto ao de administração local, para cada período de execução contratual, refletindo adequadamente a evolução da execução da obra.
- 17.10 Na presente licitação foram juntadas as curvas ABC relativas aos INSUMOS e SERVIÇOS, dentro da planilha orçamentária.
- 17.11 Foram adotados os custos de referência sem desoneração, haja vista a adoção à planilha orçamentária disponibilizada pelo PARANACIDADE, por se tratar da opção mais vantajosa para a Administração.
- 17.12 O detalhamento do BDI observa os parâmetros do Acórdão n. 2.622/2013 do Plenário do TCU, sendo adotados os seguintes parâmetros de percentuais para cada item do BDI, por acarretam em custo total da obra mais vantajoso para a Administração Pública:
- Administração central:** (X) 1º quartil ou ( ) quartil médio ou ( ) 3º quartil
- Seguro e garantia:** (X) 1º quartil ou ( ) quartil médio ou ( ) 3º quartil
- Risco:** (X) 1º quartil ou ( ) quartil médio ou ( ) 3º quartil
- Despesa financeira:** (X) 1º quartil ou ( ) quartil médio ou ( ) 3º quartil
- Lucro:** (X) 1º quartil ou ( ) quartil médio ou ( ) 3º quartil
- 17.13 Na presente licitação, (X) SERÁ ou ( ) NÃO SERÁ adotado o BDI reduzido sobre os custos dos materiais e equipamentos, a fim de realizar a adequação do valor para a aquisição de insumos de elevado custo, que impactam no valor da obra, elevando-o.
- 17.14 O cronograma físico-financeiro foi juntado aos autos e define com clareza as etapas de serviços que guiarão a aceitabilidade dos preços propostos pelos licitantes.
- 17.15 Foram elaborados os projetos executivos relativos ao objeto, os quais foram juntados aos autos e deverão ser divulgados com o edital da licitação.
- 17.16 A exigência do registro da empresa licitante junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e/ou o Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) demonstra a qualificação técnica da empresa, garantindo que ela possua profissionais habilitados para realizar os serviços de engenharia ou arquitetura. Além disso, a exigência está em conformidade com a legislação brasileira, que estabelece a obrigatoriedade do registro para o exercício legal dessas atividades.
- 17.17 O objeto licitado possui em sua uma execução algumas fases/etapas que apresentam individualidade e que podem ser desempenhadas por terceiros especializados, razão pela qual admite-se a subcontratação conforme demonstrado.
- 17.18 Serão exigidas comprovações de capacidade técnico-profissional quanto às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto, acima indicado, bem como será aceito o somatório de atestados de capacidade técnico-operacional para atingimento dos quantitativos mínimos demandados, nos termos da Lei Federal n. 14.133/2021.

- 17.19** Caso os licitantes optem por não realizar a vistoria, deverão apresentar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com a contratante, conforme modelo constante nos anexos do Edital disponibilizado pelo PARANACIDADE.
- 17.20** Na presente licitação, será exigida a comprovação de patrimônio líquido mínimo, no percentual de 10% (dez) por cento sobre o valor total estimado da contratação, conforme definido no Edital de licitação disponibilizado pelo PARANACIDADE.
- 17.21** Será permitida a participação de consórcios, devendo a Administração adotar as disposições do Edital de licitação disponibilizado pelo PARANACIDADE.
- 17.22** Será vedada a participação de cooperativas, devido à natureza do serviço e pelo modo como é usualmente executado, havendo necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como de pessoalidade e habitualidade.
- 17.23** Será exigida a apresentação de garantia de execução contratual, equivalente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, conforme determinado pelo PARANACIDADE através do Edital de Licitação e minuta de Contrato Administrativo.
- 17.24** No tocante à promoção do Desenvolvimento Nacional Sustentável previsto nos arts. 5º, e 11, IV, da Lei n. 14.133/2021, nesta licitação foram tomadas as seguintes medidas quando do planejamento de obras e serviços de engenharia:
- (X) Foram definidos os critérios e práticas sustentáveis, objetivamente e em adequação ao objeto da contratação pretendida, como especificação técnica do objeto, obrigação da contratada, e/ou requisito de habilitação/qualificação previsto em lei especial;
  - (X) Verificou-se se os critérios e práticas sustentáveis especificados preservam o caráter competitivo do certame;
  - (X) Verificou-se a incidência de normas de acessibilidade (Decreto n. 6.949/09 e Lei n. 13.146/2015).

## **18. INFORMAÇÕES ADICIONAIS**

- 17.1.** As informações técnicas sobre os itens que compõem o objeto da contratação devem ser solicitadas à Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo, por meio do e-mail: [planejamento.secretario@capanema.pr.gov.br](mailto:planejamento.secretario@capanema.pr.gov.br).
- 17.2.** As informações técnicas sobre as regras e procedimentos estabelecidos para o presente processo de contratação devem ser solicitadas à Secretaria Municipal de Logística e Contratações, por meio do e-mail: [licitacao@capanema.pr.gov.br](mailto:licitacao@capanema.pr.gov.br)
- 17.3. Dos mecanismos formais de comunicação.**
- 17.3.1.** São definidos como mecanismos formais de comunicação, entre o Contratante e o Contratado, os seguintes:
- a) Ordem de Serviço;
  - b) Ata de Reunião;
  - c) Ofício;
  - d) Sistema de abertura de chamados;
  - e) E-mails;
  - f) Mensagens por meio do aplicativo WhatsApp entre o Fiscal da Contratação e o responsável legal ou preposto do Contratado.

**17.4. Integram este instrumento os seguintes anexos:**

1. Autorização para licitação pelo PARANACIDADE;
2. Modelo de edital PARANACIDADE;
3. Modelo de contrato PARANACIDADE;
4. Planilhas a seres disponibilizadas aos licitantes;
5. Convênio nº 1114/2025 – SECID assinado;
6. Projetos geométricos:
  - 6.1) Avenida Pedro Viriato Parigot de Souza;
  - 6.2) Avenida Ubirajaras I (Entre Rua Alagoas e Rua Rio de Janeiro);
  - 6.3) Avenida Ubirajaras II (Entre Rua Paraíba e Rua Rio Grande do Norte);
  - 6.4) Rua Caramurus;
  - 6.5) Rua Martin Nottar.
7. Projeto de assentamento de meio-fio de concreto:
  - 7.1) Avenida Pedro Viriato Parigot de Souza;
  - 7.2) Avenida Ubirajaras;
  - 7.3) Rua Caramurus;
  - 7.4) Rua Martin Nottar (apenas assentamento de meio-fio);
  - 7.5) Rua Martin Nottar (assentamento de meio-fio e drenagem).
8. Projeto de urbanização de calçadas:
  - 8.1) Avenida Pedro Viriato Parigot de Souza;
  - 8.2) Avenida Ubirajaras;
  - 8.3) Rua Caramurus;
  - 8.4) Rua Martin Nottar (apenas assentamento de meio-fio).
9. Projeto de remoção de árvores e meio-fio:
  - 9.1) Avenida Pedro Viriato Parigot de Souza;
  - 9.2) Avenida Ubirajaras I (Entre Rua Alagoas e Rua Rio de Janeiro);
  - 9.3) Avenida Ubirajaras II (Entre Rua Paraíba e Rua Rio Grande do Norte);
  - 9.4) Rua Caramurus.
10. Projetos de sinalização:
  - 10.1) Avenida Pedro Viriato Parigot de Souza;
  - 10.2) Avenida Ubirajaras I (Entre Rua Alagoas e Rua Rio de Janeiro);
  - 10.3) Avenida Ubirajaras II (Entre Rua Paraíba e Rua Rio Grande do Norte);
  - 10.4) Rua Caramurus;
  - 10.5) Rua Martin Nottar.
11. Projeto de drenagem:
  - 11.1) Avenida Pedro Viriato Parigot de Souza;
  - 11.2) Avenida Ubirajaras I (Entre Rua Alagoas e Rua Rio de Janeiro);
  - 11.3) Avenida Ubirajaras II (Entre Rua Paraíba e Rua Rio Grande do Norte);
  - 11.4) Rua Caramurus;
  - 11.5) Rua Martin Nottar.
12. Levantamento planialtimétrico – Av. Ubirajaras;
13. Levantamento planialtimétrico – Rua Martin Nottar;
14. TRTs dos levantamentos planialtimétricos;
15. Projeto de terraplenagem – calçada – Av. Ubirajaras;
16. Projeto de terraplenagem – Rua Caramurus;

17. Relatório de volumes;
18. Projeto geométrico do muro de arrimo – Rua Martin Nottar;
19. Projeto estrutural do muro de arrimo – Rua Martin Nottar;
20. ART do projeto estrutural do muro de arrimo;
21. Laudo SPT – Muro de arrimo da Rua Martin Nottar;
22. ART da sondagem do muro de arrimo;
23. Localização de lotes lindeiros:
  - 23.1) Avenida Pedro Viriato Parigot de Souza;
  - 23.2) Avenida Ubirajaras I (Entre Rua Alagoas e Rua Rio de Janeiro);
  - 23.3) Avenida Ubirajaras II (Entre Rua Paraíba e Rua Rio Grande do Norte);
  - 23.4) Rua Caramurus;
  - 23.5) Rua Martin Nottar.
24. Laudo CBR – Rua Caramurus;
25. ART Laudo CBR Rua Caramurus;
26. Laudo de viga Benkelman:
  - 26.1) Avenida Pedro Viriato Parigot de Souza;
  - 26.2) Avenida Ubirajaras I (Entre Rua Alagoas e Rua Rio de Janeiro);
  - 26.3) Avenida Ubirajaras II (Entre Rua Paraíba e Rua Rio Grande do Norte);
  - 26.4) Rua Martin Nottar.
27. ART Laudo de viga Benkelman;
28. Parecer urbanístico;
29. Questionário ambiental;
30. ART de projeto e orçamento;
31. Planilha orçamentária;
32. Composições de custo unitário;
33. BDI;
34. Distâncias Médias de Transportes (DMT);
35. Cronograma físico-financeiro;
36. Descrição das etapas;
37. Matriz de riscos;
38. Planilha resumo de serviços;
39. Plano de amostragem;
40. Dosagem de concreto betuminoso;
41. Relatório fotográfico;
42. Memorial descritivo e especificações técnicas;
43. Dimensionamento de pavimento flexível:
  - 43.1) Avenida Pedro Viriato Parigot de Souza;
  - 43.2) Avenida Ubirajaras I (Entre Rua Alagoas e Rua Rio de Janeiro);
  - 43.3) Avenida Ubirajaras II (Entre Rua Paraíba e Rua Rio Grande do Norte);
  - 43.4) Rua Caramurus;
  - 43.5) Rua Martin Nottar.
44. Memória de cálculo de quantitativos:
  - 44.1) Avenida Pedro Viriato Parigot de Souza;
  - 44.2) Avenida Ubirajaras I (Entre Rua Alagoas e Rua Rio de Janeiro);
  - 44.3) Avenida Ubirajaras II (Entre Rua Paraíba e Rua Rio Grande do Norte);



- 44.4) Rua Caramurus;
- 44.5) Rua Martin Nottar.
- 45.** Localização e situação em relação ao perímetro urbano:
  - 44.1) Avenida Pedro Viriato Parigot de Souza;
  - 44.2) Avenida Ubirajaras I (Entre Rua Alagoas e Rua Rio de Janeiro);
  - 44.3) Avenida Ubirajaras II (Entre Rua Paraíba e Rua Rio Grande do Norte);
  - 44.4) Rua Caramurus;
  - 44.5) Rua Martin Nottar.

Município de Capanema, Estado do Paraná, em 12 de novembro de 2025.

**Valdir Inácio Luft**

*Secretário Municipal de Viação e Obras - SEMOB  
Responsável pela Despesa*

**Jair Canci**

*Secretário Municipal de Infraestrutura e Urbanismo - SEINFRA  
Responsável pelo Gerenciamento da Execução da Obra  
Gestor da contratação*

**Amanda Pereira de Andrade**

*Engenheira Civil – CREA RO-10505/D  
Fiscal Técnico da Contratação*

**Rubens Luís Rolando Souza**

*Engenheiro Civil – CREA RS-88296/D  
Fiscal Administrativo da Contratação  
Responsável técnico do projeto*